



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Requerimento nº , de 2013

(Dep. **Afonso Florence**)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre mecanismos de financiamento de políticas de universalização do saneamento básico no Brasil e os impactos na Economia Brasileira.

Senhor Presidente,

Nos termos dos art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação para discutir soluções para financiamento de políticas de universalização do saneamento básico e os seus impactos na Economia Brasileira.

A abrangência do tema envolve os segmentos referentes a captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e despejo de esgoto sanitário; limpeza urbana e destino de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Os conferencistas recomendados são:

- 1 - **Abelardo de Oliveira Filho**, engenheiro civil (UFBA, 1975), presidente da Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A;
- 2- **Arnaldo Luiz Dutra**, Presidente da Corsan - Companhia Rio Grandense de Saneamento;
- 3 - **Dilma Seli Pena**, Mestre em Administração Pública (FGV) Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado São Paulo;

4 - **Edson Silva**, economista (USP, 1991), assessor da Frente Nacional dos Urbanitários (FNU), especialista em Economia do Saneamento.

5 - **Léo Heller**, Professor Titular do Departamento de Saneamento da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenador Geral da proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico.

6- **Luiz Roberto Santos Moraes** , Professor Titular do Departamento de Engenharia Ambiental da Politécnica- Universidade Federal da Bahia

7- **Manoel Renato**, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades;

8- **Marcos Helano Fernandes Montenegro**, engenheiro civil (USP, 1975), mestre em engenharia sanitária (Unb, 1984), Analista de Regulação da Adasa - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento do Distrito Federal.

9- **Roberto de Oliveira Muniz**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON;

10- **Wladimir Antonio Ribeiro**, advogado (USP, 1990) e mestre em direito constitucional (Coimbra, 2002), consultor em saneamento básico;

JUSTIFICATIVA

A Legislação brasileira, tanto a Constituição, como a Lei nº 11.445, institui a titularidade municipal para o serviço de saneamento básico. Apesar do recente Acórdão do STF instituindo a titularidade das regiões metropolitanas como responsabilidade compartilhada entre municípios e estado, no geral, permanece os municípios como poder concedente.

A baixa capacidade de investimento dos municípios, assim como, em decorrência do reduzido número de sistemas superavitários, a expansão da rede física tem se dado de forma bastante lenta. Apesar dos expressivos recursos alocados pelo PAC, as estimativas apontam como aparentemente inexecutáveis a universalização no modelo atual de financiamento.

Esta Audiência Pública tem como objetivo discutir soluções para o financiamento dos investimentos voltados para a universalização da cobertura do saneamento básico, assim

como, para equalização tarifária, garantindo água tratada e coleta a tratamento de esgoto para toda a população, com tarifas módicas, especialmente, para a população mais pobre, e garantindo a sustentabilidade ambiental.

Sala de Sessões, em de de 2013.

Deputado **Afonso Florence**
(PT-BA)